



Em luta contra a mercantilização da vida: a presença da **Marcha Mundial das Mulheres** na Cúpula dos Povos



**Em luta contra a mercantilização da vida:
a presença da Marcha Mundial das Mulheres na Cúpula dos Povos**
Publicação da SOF Sempre Viva Organização Feminista

São Paulo, 2012

Organização: Renata Moreno e Nalu Faria

Textos: Bárbara Lopes

Fotos: Bruna Provazi, Cintia Barenho, Jéssika Martins Ribeiro, Letícia Maione,
Lucía Surroca e Luiz Zarref

Projeto gráfico e diagramação: Denis Oliveira

Tiragem: 1000 exemplares

Impressão: JETgrafia

Apoio:

HEINRICH
BÖLL
STIFTUNG
CONO SUR



Gipuzkoako
Foru Aldundia
Gizarte Politikako
Departamentua
Departamento de
Política Social



Esta obra foi licenciada com uma Licença Creative Commons –
Atribuição – Uso Não-Comercial

sof

SOF Sempre Viva Organização Feminista

Rua Ministro Costa e Silva, 36.

Pinheiros, São Paulo/SP.

CEP 05417-080

fone/fax: (11) 38193876

www.sof.org.br

sof@sof.org.br

Índice

Apresentação	5
Mulheres em luta contra a mercantilização da vida!	7
A construção de um processo de convergências	16
Desafios: por um novo modelo de (re)produção e consumo	31

**VIOLÊNCIA NÃO!
NEM NO LAR
NEM NUCLEAR**

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES



Apresentação

O ano de 2012 foi marcado por um intenso processo de articulações e lutas que se expressaram na Cúpula dos Povos por Justiça Social e Ambiental, contra a mercantilização da vida e da natureza, em defesa dos bens comuns.

Essa publicação é uma contribuição da SOF para a sistematização deste processo, a partir da perspectiva da Marcha Mundial das Mulheres.

Mulheres em luta contra a mercantilização da vida!

Uma perspectiva feminista e crítica à sociedade de mercado sobre a questão ecológica considera que a destruição da natureza é parte da forma como o capitalismo se organiza na busca incessante de lucros. As feministas caracterizam este modelo como androcêntrico – centrado na visão e experiência masculinas – e antropocêntrico – centrado na humanidade em detrimento da natureza. Por isso, a solução para a crise atual não passa por uma boa gestão de recursos naturais ou humanos, mas sim pela construção de um outro modelo em que a relação entre humanidade e natureza tenha um sentido de unidade e continuidade.

A luta para mudar o mundo e mudar a vida das mulheres se dá como parte de um só movimento. Não basta identificar que os impactos deste sistema são piores para as mulheres, mas deve-se partir de uma análise de que o capitalismo faz uso de estruturas patriarcais no seu atual processo de acumulação. Por isso, a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) não atua para tentar diminuir ou compensar os impactos negativos, mas sim para transformar as estruturas que organizam as relações de desigualdade e poder, combinando a desigualdade de classe, raça e gênero.

Na preparação para a Cúpula dos Povos, o documento da MMM afirmava: *“Posicionamos o feminismo desde a crítica às falsas soluções à crise ambiental e para afirmar que o novo discurso capitalista, que hoje se traduz no termo ‘economia verde’, é o mesmo modelo que mercantiliza nossas vidas, nossos corpos e nossos territórios. Dizemos*

Não! às falsas soluções propostas pelo mercado e seus agentes, como os créditos de carbono, os agrocombustíveis, os mecanismos de REDD e REDD+ e a Geoengenharia. Não aceitamos ‘soluções’ que só geram mais negócios e não mudam o modelo de produção, consumo e reprodução social. Mas, também, afirmamos que as alternativas construídas e propostas pelos povos devem integrar uma dimensão geradora de igualdade, enfatizando que, para que as mesmas sejam alternativas globais verdadeiras, devem contemplar a igualdade entre mulheres e homens, o direito das mulheres a uma vida sem violência e a divisão do trabalho doméstico e de cuidados entre homens e mulheres. Para isso, partimos dos conhecimentos que acumulamos a partir da economia feminista, colocando a sustentabilidade da vida humana como objetivo.”

A Marcha Mundial das Mulheres não deposita expectativas nem esforços em negociações no âmbito das Nações Unidas. Parte da compreensão que não é suficiente incluir um ou outro termo que afirme os direitos das mulheres nos marcos de acordos que legitimam a exploração dos territórios, dos povos e da natureza. Ou seja, que reforçam as desigualdades e injustiças estruturantes deste sistema capitalista, racista e patriarcal.

Dessa forma, a participação da Marcha no processo da Rio+20 não se deu na perspectiva de disputar posições na conferência oficial da ONU, mas sim a partir da articulação com movimentos sociais, redes e organizações do campo anticapitalista, como parte do processo da Cúpula dos Povos.

“Não vamos pagar por essa crise!”

Foi assim que mulheres e homens de todo o mundo reagiram quando estourou a crise em 2008. As análises apontavam a gravidade da situação financeira, mas também traziam à tona outras dimensões da mesma crise: alimentar, ecológica, climática e dos cuidados.

Ao denunciar e lançar luz sobre estas dimensões, os movimentos sociais não negavam a centralidade do aspecto financeiro em um capitalismo marcado pela financeirização da economia, mas buscavam compreender e combater as causas estruturais da crise. E, assim, apontar que as verdadeiras soluções deveriam

passar por transformações na lógica capitalista que coloca todas as esferas da vida em função da geração de lucros para poucos grupos econômicos transnacionais. Como era de se esperar, a movimentação dos responsáveis pela crise foi no sentido inverso: nos países mais afetados, cortes nos gastos sociais,

privatizações, sobrecarga de trabalho para as mulheres e conservadorismo. Na relação entre os países do Norte e do Sul tentaram esconder desigualdades históricas em negociações internacionais como as que envolvem toda a questão ambiental.



Rio+20: a serviço das corporações

Foi neste contexto que o governo brasileiro propôs sediar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Chamada de Rio+20, por acontecer 20 anos após a Eco-92, a conferência tinha como eixos de discussão a economia verde e uma nova institucionalidade para organizar as ações da ONU sobre meio ambiente.

Mas, em todos os processos de negociações internacionais sobre meio ambiente, há o que chamamos de captura corporativa, ou seja: a atuação das empresas transnacionais e instituições financeiras para ter peso em todas as propostas. Por exemplo, as grandes corporações da área do petróleo influenciam no debate sobre energias limpas, gigantes do agronegócio, como a Monsanto, participam da elaboração de propostas sobre política alimentar e Coca-Cola e Nestlé imprimem seus interesses nas discussões sobre a política para água. Em momentos de crise, para amortecer seus efeitos negativos, aumenta o trabalho invisível

das mulheres. Elas representam 70% da população pobre no mundo e são mais vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas. Em muitas áreas, a desertificação e mudança do ciclo de chuvas faz as mulheres trabalharem mais para compensar a perda de produtividade da terra. Precisam andar distâncias maiores para conseguir água e lenha para cozinhar. Isto porque esta crise é também uma crise dos cuidados, dimensão invisível nos debates públicos sobre o tema. Nos países que foram alvos das políticas de ajuste estrutural e do neoliberalismo nos anos 1980 e 1990, a sobrecarga de trabalho não-remunerado das mulheres garantiu a sustentabilidade da vida sem que o Estado nem os homens assumissem sua responsabilidade com a reprodução social. Cada vez mais, nos países industrializados, o envelhecimento da população e o desmantelamento dos Estados de Bem Estar gera uma grande demanda pelo trabalho de cuidados que é suprida em parte pelo trabalho precário de mulheres imigrantes.

20 anos de mais mercado!

Desde um pouco antes da realização da Eco-92, a economia capitalista mundial passou a ser guiada pelos princípios do neoliberalismo. Junto com uma ideologia de que não havia alternativa para esta orientação, as políticas neoliberais pautaram uma reorganização da vida pela lógica do mercado. O neoliberalismo representou um realinhamento da relação entre capital e trabalho. Por um lado, medidas macroeconômicas de combate à inflação tinham caráter recessivo, levando ao aumento do desemprego e da precarização do trabalho, que se somou à repressão à atividade sindical. De outro lado, as políticas sociais de garantias de direitos básicos para a população sofreram cortes e uma mudança em sua lógica de funcionamento.

Ao combater o neoliberalismo e seus instrumentos, como o livre comércio, os movimentos sociais colocaram na agenda política a denúncia ao que se passava nos territórios: um modelo de agricultura baseado no latifúndio monocultor e no mercado financeiro; a combinação entre a divisão social, sexual e internacional que cria ondas de migração de mulheres de países pobres para fazer o trabalho doméstico nos países ricos ao mesmo tempo em que superexplora o trabalho das mulheres na produção nos países pobres; o controle por parte de empresas de processos vitais, a partir de recrudescimento de legislações de

propriedade intelectual. Ao mesmo tempo em que tudo isso era negociado em nível internacional, em processos anti-democráticos como os da OMC, havia processos que buscavam dar um rosto humano para o capitalismo neoliberal. Assim, vimos as Conferências da ONU legitimarem o neoliberalismo.

O ciclo de conferências sociais, como a das Mulheres, em 1995, resultou em uma série de tratados, protocolos e plataformas que enunciavam princípios gerais de igualdade, mas que não colocavam como objetivo um transformação estrutural, capaz de alterar as bases da desigualdade. Enquanto a Conferência resultou em uma plataforma que declarava o compromisso com a garantia dos direitos das mulheres, os Estados eram governados com orientação geral pelas políticas neoliberais. Assim, o mercado reorganizou a vida das mulheres, resultando inclusive em retrocessos. Enquanto a Plataforma de Ação do relatório da Conferência sobre Mulheres de 1995 enunciava a necessidade de rever a legislação punitiva do aborto, por exemplo, em muitos países, a ofensiva machista e conservadora crescia, penalizando ainda mais as mulheres. Enquanto se falava em igualdade de oportunidades no trabalho, se expandia uma inserção precarizada da força de trabalho feminina, como na agroexportação ou nas maquilas da América Central.



Como funciona o mercado verde

Alguns mecanismos que implementam a economia verde são:

Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) está previsto pelo Protocolo de Kyoto como forma de flexibilização do cumprimento das metas de redução de gases do efeito estufa. É um dos principais fundamentos para o mercado de carbono, pois permite que projetos que supostamente capturem gases ou evitem sua emissão gerem certificados que podem ser negociados em Bolsas de Valores. Com a negociação dos títulos de Reduções Certificadas de Emissões, as empresas dos países ricos podem financiar projetos nos países que não têm metas e, assim, compensar suas emissões.

As principais empresas interessadas em projetos de MDL – certificando a redução de emissões e negociando os créditos de carbono – atuam justamente em áreas de grande impacto negativo para a natureza, como agronegócio, automobilística, energia e papel e celulose¹. O Brasil é o terceiro país

do mundo em projetos de MDL, atrás da Índia e da China. O maior número de projetos no Brasil se inscreve na área de energia renovável. Em 2010, o governo de Minas Gerais assinou um memorando de entendimento com o Banco Mundial e o banco alemão KfW para a adoção de um projeto voltado às siderúrgicas e à indústria florestal. O projeto prevê o uso de carvão vegetal, produzido a partir do eucalipto, para geração de energia. As plantações de eucalipto têm impacto na qualidade do solo e nos recursos hídricos. Essas monoculturas foram denunciadas pelas mulheres da Via Campesina em 2006, na ação contra a Aracruz, quando as plantações de eucalipto ficaram conhecidas como “deserto verde”. Além disso, as atividades de eucalipto são alvo de denúncias de trabalho escravo, como foi verificado pelo Ministério do Trabalho em novembro de 2011, em Buritis (MG)².

Pagamento por Serviços Ambientais

O capitalismo historicamente se baseia na exploração do trabalho humano, com destaque para o trabalho invisível das mulheres, e dos produtos extraídos da natureza – alimentos, madeira, minérios. Uma das “novidades” da economia verde é incorporar também os serviços do ecossistema: a qualidade da água nas nascentes, a polinização feita por insetos e pássaros, a riqueza genética, a mitigação do aquecimento, a beleza das paisagens e a cultura dos povos tradicionais.

O mecanismo para isso é o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), que tem como fundamento a comparação entre os custos de preservação com os custos de utilização do meio ambiente. Os projetos

de PSA são geralmente financiados pelos governos, com envolvimento de instituições privadas, como empresas e ONGs, com pagamentos feitos aos proprietários das terras ou à população que nela habita. São projetos de longo prazo, que podem durar de 15 a 40 ou 60 anos. Embora a regulamentação federal para esse tipo de projeto ainda esteja em tramitação no Brasil, já há projetos em vigor nos âmbitos federal e estadual.

Um deles é a Bolsa Verde, do governo federal, que paga trimestralmente R\$ 300 a famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas de reservas, florestas e assentamentos de desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal.

Estão incluídos também territórios ocupados por ribeirinhos, extrativistas, populações indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais. Em troca, os beneficiários devem conservar a flo-

REDD

A Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) é um mecanismo de flexibilização voltado para as áreas de floresta. Na visão da ONU, as florestas são depósitos de carbono, que impedem que gases do efeito estufa cheguem à atmosfera. Cerca de 17% das emissões são provenientes do desmatamento. Um dos aspectos do REDD – incluído no REDD+ –, é considerar que a manutenção de áreas de floresta, pelos efeitos negativos evitados, pode ser valorada e transformada em créditos de carbono. A previsão da ONU é que o REDD movimente cerca de US\$ 30 bilhões anualmente.

Como apontam cientistas, é muito difícil quantificar o carbono presente nas florestas, pois são organismos vivos, sujeitas a fenômenos naturais, como tempestades, e não são passíveis de previsão como uma usina eólica. Outra questão é que a maior parte das áreas de floresta se concentram nos países tropicais e em desenvolvimento. Portanto, o REDD é uma estratégia que claramente empurra os problemas dos países do Norte para os países do Sul, interferindo na soberania desses.

Um caso que exemplifica essa interferência é o da Celestial Green Ventures, uma empresa de comércio de carbono com sede em Dublin, que em novembro de 2011 declarou ter adquirido direitos a créditos de carbono de 20 milhões de hectares da floresta amazônica no Brasil. A empresa assinou um contrato com indígenas Munduruku, com pagamento de US\$ 4 milhões por ano em troca de 30 anos dos créditos de carbono provenientes da preservação da floresta. O contrato previa acesso irrestrito ao território e que os indígenas não fariam quaisquer intervenções, como construções,

resta, mas não podem mais desenvolver atividades tradicionais, ainda que sejam práticas sustentáveis com a natureza e a biodiversidade.

atividades extrativas, agrícolas ou de turismo. O acordo foi contestado pelos próprios indígenas – que não reconhecem a liderança daqueles que assinaram o contrato – e pelo governo brasileiro, que ajuizou ação para anulá-lo, pois as terras pertencem à União³



A institucionalidade das falsas soluções

Na Eco-92, a consciência sobre a importância de preservar e proteger a natureza aumentou em todo o mundo. Mas os governos daquele momento, hegemônicos pelo pensamento neoliberal, utilizaram a questão da sustentabilidade para legitimar a continuidade de uma economia baseada no livre mercado e no poder das grandes transnacionais, que aumentaram seu poder sobre os Estados nacionais.

Isso significou que os acordos da Eco-92 continham mecanismos de flexibilização que abriram a possibilidade de se constituir um mercado também nas questões ambientais. A conferência definiu vários processos institucionais para as negociações climáticas, como a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima. Esse tratado aponta a necessidade de estabilizar a concentração de gases do efeito estufa, embora sem fixar limites para cada país. Como parte do tratado, os países concordaram em realizar encontros anuais, as Conferências das Partes (COP), que acontecem desde 1995. Porém as COP vêm falhando em obter acordos efetivos.

Em 1997, a conferência propôs o Protocolo de Kyoto, que estabelece metas de redução da emissão de gases do efeito estufa. O acordo nunca foi ratificado pelos Estados Unidos, principal emissor. O documento se articula a partir do princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, reconhecendo que os países industrializados são os principais responsáveis pelo aquecimento global e as metas poderiam comprometer o crescimento dos países em desenvolvimento.

Mas o Protocolo de Kyoto também incorporou mecanismos de flexibilização e compensação para que os países atingissem suas metas. Dessa forma, os países ricos podem comprar o “direito de poluir” de países pobres, através dos mercados de carbono. Com isso, na prática, não há redução nas emissões. Além do ar, essa visão de precificar os recursos naturais se

expandiu para a água, as florestas, o material genético e as culturas tradicionais. As COP15, realizada em 2009 em Copenhague, e COP16, no ano seguinte em Cancun, aprofundaram a lógica da mercantilização, aumentando a pressão sobre países pobres e colocando o mercado como solução para a crise ambiental. É o caso do programa de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação mais (REDD+). São mecanismos de incorporação das “externalidades” ambientais no mercado financeiro. Isso se baseia na ideia de que a crise climática existe porque o custo do impacto causado pelas atividades econômicas não é contabilizado nos preços dos produtos. A solução, segundo essa visão, seria mercantilizar a natureza. No entanto, esses foram os únicos acordos obtidos nas últimas conferências. Até as metas de redução, mesmo sendo consideradas insuficientes por cientistas, passam a ter caráter apenas voluntário, sem vinculação legal.

Assim, as propostas dessa “economia verde” têm como objetivo criar soluções não para a crise ambiental, mas para fortalecer os mercados financeiros e reconcentrar o capital diante da crise econômica, avançando ainda mais sobre a natureza, territórios e povos. Os termos usados pelos organismos internacionais e pelas corporações, como desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e economia verde, são indicativos de um processo que não se propõe a alterar as causas sistêmicas, o modo de produção e consumo capitalista.

Por isso, os movimentos sociais rejeitaram a economia verde, proposta central da Rio+20. Ela significa a institucionalização e agravamento deste processo que já vem se dando a partir da mercantilização e da financeirização da natureza, sob o discurso de sustentabilidade. A economia verde foi considerada pelos movimentos como um capitalismo esverdeado, ou uma maquiagem verde para o capitalismo.

As mulheres dizem não ao capitalismo verde!

Assim como o trabalho das mulheres, a natureza foi vista historicamente pelo capitalismo como um recurso inesgotável. Porém, com a crise ambiental e financeira, os grandes bancos e corporações viram a oportunidade de integrar a natureza ao mercado. Ao invés de regras para limitar os danos à natureza, a economia verde segue a lógica da compensação e da mercantilização, em uma visão capitalista de que só tem valor o que pode ser comprado e vendido no mercado.

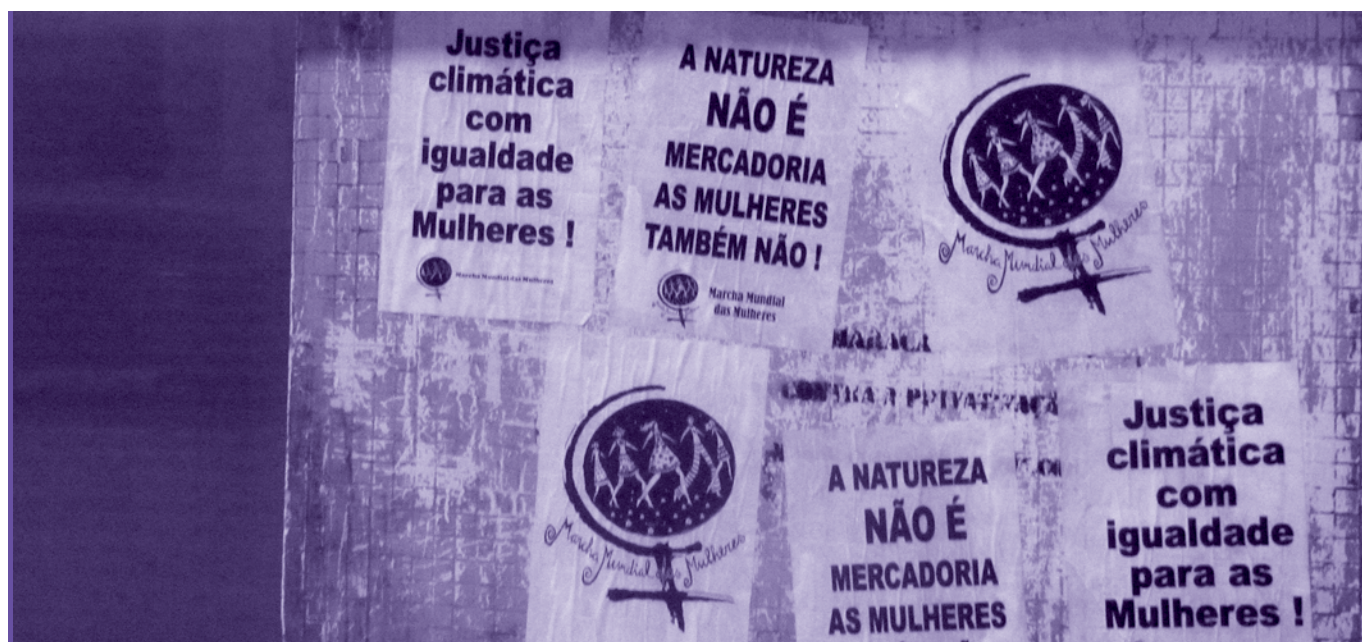
É uma forma de colocar a natureza no circuito empresarial, que sob a ideia enganosa de responsabilidade social e ambiental, busca mais legitimidade para seguir destruindo o planeta e as relações humanas. Através de uma proposta chamada TEEB (A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente apresenta fórmulas para colocar preço na água, na paisagem, na biodiversidade. Colocar preço na natureza é permitir sua venda e privatização, em um processo que tira o direito dos povos sobre os territórios.

São propostas como essas que permitem que quem sempre se desenvolveu poluindo possa continuar poluindo se pagar por algum tipo de preservação em outra parte do mundo. Essa é a lógica do mer-

cado de créditos de carbono e da financeirização da biodiversidade, que é transformada em ativos ambientais, negociados em bolsas de valores, como a Bolsa Verde do Rio.

A economia verde não questiona a lógica do crescimento ilimitado, perseguido pelo atual modelo de desenvolvimento. Apresenta propostas de eficiência energética e o desenvolvimento de novas tecnologias que permitiriam continuar a lógica capitalista de crescimento ilimitado. Energia nuclear, transgênicos, nanotecnologia e geoengenharia são apresentadas como soluções tecnológicas para os chamados limites da natureza. Mas o limite está colocado pelo modelo capitalista.

O mesmo acontece com os agrocombustíveis e propostas de alternativas para a energia fóssil, uma das grandes responsáveis pelo aquecimento global. São apresentadas como energia limpa, por serem feitas a partir da produção agrícola. Mas é preciso questionar que a produção de agrocombustíveis compete com a produção de alimentos da agricultura camponesa. Além disso, essas são alternativas que continuam baseadas num modelo de consumo insustentável. Questionamos, portanto, quem controla e para qual modelo está direcionada esta energia alternativa produzida.



Um olhar feminista sobre a economia

A formação do capitalismo como modo de produção hegemônico na sociedade impôs a criação de falsas dicotomias: entre produção e reprodução, público e privado, natureza e cultura.

Houve uma redução do conceito de trabalho, onde se considera trabalho apenas aquele que produz bens ou serviços com valor de troca no mercado, cujas representações aparecem como o que é feito pelos homens. O trabalho reprodutivo, em que as atividades domésticas e de cuidados garantem a manutenção das condições de vida e dos filhos, é considerado uma atribuição das mulheres. A isso chamamos de divisão sexual do trabalho, que organiza uma separação e hierarquização do trabalho de homens e mulheres, em que o trabalho masculino é mais valorizado que o feminino. Esse processo é visto como natural, a partir de uma visão da mulher como mãe, que cuida da casa e da família por amor. O feminismo questiona essa divisão, expondo a relação entre produção e reprodução e criticando a visão que reduz a economia à economia mercantil. O espaço privado e as relações pessoais também são políticas e o trabalho doméstico e de cuidados do cotidiano também é economia.

Essa visão nos leva a ter um olhar ampliado sobre a economia, que não pode ser reduzida ao que circula na esfera do mercado, e também sobre o trabalho, que não pode ser reduzido ao emprego remunerado. O trabalho de cuidados, o trabalho doméstico não remunerado, o trabalho comunitário adquirem visibilidade, de forma que as desigualdades e tensões que permeiam estas atividades sejam também visibilizadas e, logo, questionadas.

O modelo de família no capitalismo é uma idealização e um mito. Parte do princípio de que os homens são provedores e as mulheres são as reprodutoras. É um mito porque o capitalismo não pode prescindir do trabalho produtivo das mulheres. Mesmo nas famílias em que não há salário das mulheres, mais bens e serviços são produzidos para suprir as necessidades. Isso é visto com ênfase em momentos de crise: se há desemprego, a casa passa a produzir bens e serviços.

A economia feminista explicita que, nos últimos

séculos, as formas de sustentação da vida humana foram resolvidas com uma sobrecarga de trabalho das mulheres. Mudar o paradigma de sustentabilidade implica inverter a lógica de funcionamento da economia, deslocando a centralidade do mercado para o cuidado e o bem estar das pessoas.

A perspectiva feminista sobre a sustentabilidade da vida amplia a visão sobre sustentabilidade ambiental que, muitas vezes, não incorpora as relações humanas como parte dos conflitos e relações de poder que devem ser alteradas. Assim, é necessária uma nova relação – equilibrada e harmônica – entre humanidade e natureza, gestada sobre novas relações – igualitárias – entre as pessoas.

Para isso, temos que conseguir um novo equilíbrio de produção e reprodução. Trata-se de mudar os pontos de partida para pensar o que queremos produzir, como queremos produzir, como articulamos produção e reprodução, para que a reprodução seja uma tarefa de todos e todas, inclusive do Estado.

Nesse sentido, organizações feministas têm proposto a despatriarcalização do Estado. O Estado sempre funcionou com uma inclinação machista, baseada na ideia de que as mulheres são recursos disponíveis para complementar suas obrigações. Ele se utiliza da divisão sexual do trabalho, reforçando o modelo patriarcal de família. A partir da ação feminista e da disputa por rupturas com esse modelo, temos um processo de incorporação e institucionalização de políticas para as mulheres e/ou com a perspectiva da igualdade de gênero. No entanto esse continua sendo um espaço de disputa, onde se questiona a refuncionalização das mulheres como mães, realizada sob o neoliberalismo. Essa disputa se dá inclusive nos governos da América Latina chamados de pós neoliberais, nos quais há uma recuperação do Estado como indutor de políticas econômicas e também a ampliação de políticas sociais. Porém, ainda persistem políticas centradas nas mulheres como mães, mesmo que isso se dê em um processo mais complexo em que essas políticas não estão isoladas e produzem dinâmicas mais amplas.

Mulheres em movimento mudam o mundo

A origem da Marcha Mundial das Mulheres está vinculada à necessidade de construir um amplo processo de luta a partir dos setores populares em resposta à ofensiva capitalista a partir da globalização neoliberal e do reforço do machismo. É parte de uma alternativa à globalização e institucionalização do movimento feminista vinculado à agenda das Nações Unidas e criou a proposta de construção de uma transnacionalização das lutas ancorada no trabalho de base em conexão com ações nacionais e internacionais.

A MMM se estabeleceu a partir dessas lutas e alianças, com a retomada do feminismo como um processo amplo de transformação da sociedade. No processo do Fórum Social Mundial, a MMM investiu na construção de uma agenda concreta e comum de lutas, na Assembleia dos Movimentos Sociais e construiu um campo de alianças com organizações como a REMTE (Rede Latinoamericana de Mulheres Transformando a Economia) e mulheres de movimentos sociais mistos. Uma dessas alianças resultou na elaboração de alter-

nativas e verdadeiras soluções, em conjunto com a Via Campesina, Amigos da Terra Internacional, entre outros, constrói uma aliança estratégica em torno da luta por soberania alimentar, que tem como referência a realização do Fórum de Soberania Alimentar de Nyeleni, no Máli, em 2007.

Esse histórico de alianças estabeleceu um patamar comum para a atuação de um conjunto dos movimentos sociais, que constituíram um posicionamento forte de crítica à economia verde na preparação da Cúpula dos Povos. Mas, frente aos desafios impostos pela ofensiva do capital sobre os territórios, a vida e a natureza, a realização da Cúpula exigia um avanço na construção de convergências e de um processo que não fosse, apenas, a repetição de eventos anteriores. O sentido das ações e mobilizações cotidianas, na Cúpula, foi justamente ampliar o alcance das denúncias, como fizeram os movimentos indígenas, que foram capazes de visibilizar a violência do capitalismo sobre seus territórios.



Cúpula dos Povos: por justiça social e ambiental, contra a mercantilização da vida e da natureza, em defesa dos bens comuns!

A Cúpula dos Povos foi um amplo espaço construído desde a sociedade civil global para propor uma nova forma de vida no planeta em solidariedade, contra a mercantilização da natureza e em defesa dos bens comuns. O que orientou a presença da MMM neste processo foi o acúmulo na crítica à mercantilização da vida e na proposição de um novo paradigma de sustentabilidade da vida humana. A Cúpula dos Povos foi realizada a partir da denúncia

das verdadeiras causas da crise climática, da crítica às falsas soluções da economia verde e da defesa dos modos de vida tradicionais e soluções elaboradas por povos das cidades, do campo e das florestas. Uma mudança estrutural que responda de fato à crise ambiental passa pela incorporação da contribuição das mulheres, da luta antipatriarcal, antirracista e anticapitalista.

A construção de um processo de convergências

Para os movimentos sociais, o sentido da Cúpula dos Povos não era a realização de um grande evento, mas a rearticulação de um processo capaz de construir agendas comuns de lutas anticapitalistas.

A Cúpula dos Povos foi organizada por um Grupo de Articulação (GA), formado no final de 2010, por 33 redes e movimentos sociais nacionais, e representações internacionais. Participaram deste processo movimentos com os quais a MMM se relaciona em aliança em nível nacional e internacional, como a Via Campesina, Amigos da Terra Internacional, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jubileu Sul, Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip), Articulação dos Movimentos Sociais da ALBA (Aliança Bolivariana para as Américas).

O processo preparatório passou por uma internacionalização, que contribuiu para que a Cúpula dos Povos tivesse um posicionamento crítico à mercantilização da natureza e à economia verde. Ele passou pelas manifestações por justiça social e climática, por soluções que enfrentem as causas estruturais da crise climática, durante a Conferência das Partes (COP) em Durban, na África do Sul em 2011. Lá, foi realizada uma experiência que se repetiu no Rio de Janeiro. O chamado “Toxic Tour” foi uma visita dos movimentos sociais à região sul de Durban, onde há duas refinarias de petróleo e uma indústria papelreira. A presença dessas empresas prejudica as comunidades do entorno; o índice de estudantes com asma, por exemplo, nas escolas da região é de 52%, contra 2% na área norte da cidade.



Ecofeminismo

A corrente do feminismo ecologista tem sua origem em setores do feminismo radical dos anos 1970, a partir de uma análise de gênero da crise ecológica. Uma de suas principais características foi dar um novo significado à questão mulher e natureza. A identificação das mulheres com a natureza havia sido amplamente criticada a partir da formulação de Simone de Beauvoir: “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Para o feminismo, a naturalização da desigualdade de gênero como parte de um destino biológico é uma das principais justificativas para a desigualdade. A partir daí se desenvolveu uma recusa à identificação das mulheres com a natureza, como parte de sua relação com a maternidade.

As ecofeministas inverteram o significado dado ao binômio mulher-natureza e, desde seu início, colocavam que as causas da crise ecológica deveriam ser buscadas nos princípios antropocêntricos e androcêntricos que organizam a sociedade patriarcal.

O ecofeminismo analisa que a obsessão dos homens pelo poder conduziu a guerras, ao envenenamento e à destruição do planeta. Já as mulheres, pela ética feminina do cuidado e as atitudes maternas, se predispõem ao pacifismo e a conservação da natureza. Algumas vertentes também se voltam para a construção de uma religiosidade própria e para o desenvolvimento de uma ginecologia alternativa.

As críticas feitas a este ecofeminismo foram ao seu caráter essencialista, por defender que todas as mulheres seriam portadoras de características inatas. Isso uniformiza e reforça o que a cultura patriarcal ocidental utiliza como base para a opressão das mulheres e sua segregação ao mundo privado. Dentro do ecofeminismo, se desenvolveu uma corrente chamada de espiritualista do terceiro mundo

ou do Sul. Ela introduziu a questão social da pobreza ligada ao modelo de desenvolvimento destruidor da natureza. Tem como expoentes, entre outras, Vandana Shiva e Ivone Gebara. Conserva o impulso espiritualista, porém suas fontes serão outras. Têm relação com o pensamento de Gandhi, com a teologia da libertação na América Latina e com a ecojustiça, a ecologia dos pobres e a justiça ambiental.

Existe, ainda, uma corrente socioconstrutivista que defende que a relação das mulheres com a natureza, a resistência ao envenenamento e à destruição do meio ambiente é originária de suas responsabilidades de gênero na economia familiar, geradas pela divisão sexual do trabalho, a distribuição desigual do poder e da propriedade.

Existem convergências entre este ecofeminismo e a economia feminista, como a visão de que as mudanças não passam apenas por agregar direitos para as mulheres e incorporá-las no mundo público. É necessária uma reconceitualização que recupere a experiência das mulheres, o que passa por recuperar a experiência do trabalho de cuidados como essencial para a sustentabilidade da vida.

Esse olhar nos dá aportes fundamentais para repensarmos os paradigmas, e questionar que, em um momento que o capitalismo busca internalizar os custos da natureza (através da mercantilização e da financeirização), ela se torna um recurso escasso e valorizado. O mesmo não vai acontecer com o trabalho das mulheres, que permanece invisível e desvalorizado. Mas é preciso afirmar que as falsas soluções para a natureza, portanto, também são falsas soluções para a divisão sexual do trabalho, que só será superada quando houver um compartilhamento de tarefas entre homens, mulheres e sociedade.

Feminismo e ecologia: desmascarando a lógica machista da economia verde

Atualmente o debate sobre feminismo e ecologia está diante da necessidade de construção de novas respostas. Isso se dá frente aos rearranjos do capitalismo e de sua capacidade de incorporar elementos das críticas recebidas, com a intenção de recompor sua ofensiva.

Historicamente a análise feminista sobre essa questão se deu considerando a desvalorização das mulheres e da natureza em oposição a valorização dos homens e da cultura. Avaliava que a natureza e o trabalho das mulheres eram considerados uma externalidade do modelo econômico e considerados como recursos inesgotáveis a serviço do lucro de empresas.

Hoje uma das respostas do capitalismo à sua crise é a internalização dos custos ambientais e a transformação na natureza em mercadoria.cada vez mais cara à medida que se esgota.

Ao mesmo tempo ocorre uma maior mercantilização da vida das mulheres seja no sentido de que as respostas as suas demandas devem ser encontradas no mercado, seja no incremento da prostituição, mas também na utilização dos valores patriarcais e da imposição de um padrão estrito de feminilidade baseado na beleza, na eterna juventude como mercadorias a serem adquiridas. Isto combinado com o fato que o tempo e a energia das mulheres em cuidar das pes-

soas, preparar a comida, os cuidados e a disponibilidade para a escuta continuam invisíveis e elásticos. As mulheres são as primeiras a se levantar e as últimas a dormir na maioria das famílias. O tempo e a energia dos processos de regeneração da natureza são ocultados e tratados como impedimentos a serem superados para que a máquina do consumo funcione a todo vapor. As mulheres seguem sendo pressionadas para ajustar lógicas e tempos opostos – o da vida e o do lucro – assumindo as tensões geradas. Seu trabalho é instrumentalizado para amenizar ou ocultar as injustiças promovidas por instituições multilaterais, governos e empresas.

Essa nova relação do capitalismo com a natureza, chamada de economia verde, mantém a exploração do trabalho das mulheres como um recurso inesgotável, justamente porque não considera as atividades das mulheres no cuidado das pessoas e da natureza como trabalho. Associa este cuidado ao papel de mães, como se este fosse o destino de todas as mulheres. O documento oficial da Rio+20 contém uma afirmação de que as mulheres desempenham um papel fundamental para o desenvolvimento sustentável. Mas isso tem como consequência a utilização do trabalho das mulheres na implementação das políticas da economia verde. Isso não é um avanço, e sim a refuncionalização do papel das mulheres nas famílias, como se fossem as responsáveis exclusivas pelo cuidado. São falsas solu-



ções para o planeta, e falsas soluções para o machismo, porque mantêm as mulheres em uma relação de desigualdade e com a sobrecarga de trabalho com a sustentabilidade da vida.

A violência em geral, e contra as mulheres em particular, é parte da estratégia deste modelo. Quanto mais a sociedade é regida pelos interesses do mercado, mais as mulheres são transformadas em mercadorias. Um exemplo disso é a situação da Costa Rica, que é recomendada como exemplo a ser seguido pelos negócios verdes. Lá, diversas florestas foram convertidas em áreas de preservação e o deslocamento das comunidades empurrou as mulheres para a prostituição e o turismo sexual, que agrega valor ao turismo ecológico.

Da mesma forma, vemos no território brasileiro um grande aumento da prostituição nos territórios de mineração, da construção de usinas hidrelétricas ou nas obras da Copa do Mundo. Em uma lógica desenvolvimentista que reduz o desenvolvimento ao crescimento ilimitado, o corpo das mulheres amortece os impactos da superexploração do trabalho e da destruição do território.

Estes foram elementos que apareceram com centralidade na preparação da MMM para a Cúpula, que passou por seminários nacionais, formações estaduais e locais, elaboração de materiais, como o da SOF “As mulheres dizem não ao capitalismo verde”, que traz um apanhado das críticas à economia verde e das

verdadeiras soluções das mulheres.

Durante o Fórum Social Temático: Crise Capitalista, Justiça Social e Ambiental, em janeiro de 2012, a Assembleia dos Movimentos Sociais foi um momento de reafirmação da agenda comum dos movimentos em luta contra as transnacionais, por justiça climática e pela soberania alimentar, de enfrentamento à violência contra a mulher, e contra a guerra, o colonialismo e a militarização de nossos territórios. Ela definiu a construção de um dia de ação global contra o capitalismo, com o objetivo de mandar uma forte mensagem aos governos antes da Rio+20. Assim, no dia 5 de junho, que coincide com o Dia Internacional do Meio Ambiente, as mulheres da MMM realizaram atividades em diversas cidades, com intervenções urbanas que expressaram a crítica feminista ao capitalismo esverdeado.

No espaço do Fórum, a atividade Feminismo e Ecologia: Mulheres em Luta contra o Capitalismo Verde contribuiu para aprofundar as reflexões sobre o que está em jogo para o feminismo no processo da Cúpula dos Povos. Além de discutir as lutas de resistência das mulheres ao capitalismo, em especial a sua nova ofensiva de avanço sobre a natureza, a atividade foi um momento para se fazer um resgate do pensamento feminista sobre essas questões. A relação entre o feminismo e o movimento ambientalista tem um ponto importante de intersecção no ecofeminismo, uma corrente que surge nos anos 1970, a partir da conexão de análises e lutas contra a exploração das mulheres e da natureza.



Mobilizações e convergências

A realização de ações e mobilizações diárias e o esforço de construção de convergências marcou a metodologia da Cúpula dos Povos. O objetivo era não repetir um formato de evento em torno de atividades isoladas e temáticas fragmentadas, mas que colocasse os setores em diálogo e fosse capaz de construir agendas para além da Cúpula.

Desse modo, além das atividades autogestionadas, a Cúpula dos Povos priorizou a construção de conver-

gências entre os diferentes setores, a partir de plenárias e da Assembléia dos Povos. Para isso, a Cúpula se organizou ao redor de três eixos: a denúncia das causas estruturais das crises, das falsas soluções e das novas formas de reprodução do capital; soluções e novos paradigmas dos povos; e construção de uma agenda comum para além da Rio+20. Foram realizadas grandes mobilizações nas ruas do Rio de Janeiro em todos os dias da Cúpula, ampliando o alcance do posicionamento político dos movimentos sociais.

Autogestão

O esforço de se construir uma Cúpula verdadeiramente dos Povos passou pela mobilização de recursos para garantir infra-estrutura para a presença de militantes de todas as partes do país. Cerca de 4 mil jovens construíram o território internacional das juventudes, um acampamento com debates políticos na UFRJ. O Sambódromo do Rio de Janeiro foi o espaço destinado para o alojamento de cerca de 10 mil militantes dos diversos movimentos sociais que organizaram a Cúpula. A diversidade proporcionou uma experiência importante em torno do desafio de se construir um espaço comum, mesmo com pouca estrutura. Estavam ali, além da Marcha Mundial das Mulheres, a Via Campesina, organizações do movimento negro, quilombolas, a Central de Movimentos Populares e os movimentos

de moradia, movimento de catadores, da economia solidária e organizações do movimento indígena.

Assim como cada movimento, a MMM teve um espaço de alojamento próprio. A partir da auto-organização das mulheres, se criou uma convivência solidária, afetiva e de compartilhamento das tarefas. Houve uma divisão em comissões que garantiram a participação militante nas tarefas de animação, de comunicação, de divulgação dos materiais, além da comissão de segurança, que atuou tanto nos atos como no espaço do alojamento. Conflitos e tensões, por conta da estrutura, foram resolvidos a partir de um esforço de diálogo e coordenação política entre os movimentos, que fortaleceu o processo de construção de alianças.



Convergência de Comunicação dos Movimentos Sociais

A construção de alianças entre os movimentos sociais também se expressou na comunicação da Cúpula. Para garantir que as mobilizações e conteúdos políticos tivessem visibilidade, foi formada a convergência de meios de comunicação dos movimentos sociais. Nela, mais de 50 militantes da Rádio Mundo Real, Amigos da Terra Internacional, ALBA TV, CLOC/Via Campesina, MMM, ALAI, CAOI, Minga Informativa dos Movimentos Sociais, Movimentos Sociais da ALBA, Jubileu Sul, Grito dos Excluídos e ALER foram responsáveis pela produção de conteúdos para a TV Cúpula, página da internet e boletins, programas da Rádio Cúpula realizados ao vivo, cobertura fotográfica, textos e vídeos.

As e os comunicadores estiveram presentes em todos os momentos de mobilização e de construção de convergências, o que tornou possível que a comunicação estivesse alinhada à política da Cúpula. Essa iniciativa foi fundamental para enfrentar a lógica tradicional de comunicação, tanto a cobertura pejorativa dos grandes meios, como imagens fragmentadas de veículos da sociedade civil que mostram apenas a diversidade de participantes presentes, esvaziando o conteúdo de luta presente no processo. A partir da Convergência,

foi possível visibilizar o processo político que organizou o evento e o que se desdobrará dele.

A militância pela democratização das comunicações aportou a noção de que essa não é apenas uma ferramenta, mas também um tema a ser discutido, dentro da luta em defesa dos bens comuns e pela autodeterminação dos povos. A importância dessa frente ficou patente diante da atuação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que, com apoio das polícias Federal e Militar, no dia 17 de junho tentou tirar do ar a Rádio Cúpula, cuja programação circulava também por antena, com baixa potência, em associação com as rádios comunitárias. A ação gerou uma grande mobilização dos e das ativistas e a programação voltou ao ar apenas no dia 19.

Com a experiência da convergência de comunicação, foi possível demonstrar que a comunicação não é neutra e não pode estar dissociada da construção política dos processos. O intercâmbio e as contribuições de cada movimento a partir de suas experiências, linguagem e meios de comunicação, foram elementos fundamentais para um registro coletivo, vivo e militante das lutas e das vozes dos povos.



Soberania alimentar – uma mudança estratégica

A revolução verde introduziu no campo uma lógica de desenvolvimento de tecnologias que envolvem a mecanização das lavouras, uso de fertilizantes e pesticidas e engenharia genética das sementes. A introdução do fertilizante a base de nitrogênio sintético, que precisa de combustível para ser produzido, atrelou a agricultura à indústria do petróleo.

O uso dessas tecnologias – que colocam altos custos na produção para a compra de máquinas e insumos – deu impulso ao modelo do agronegócio, com concentração de terras, monocultivo e especulação financeira. Associado a eles, está o prejuízo ambiental causado pelo desgaste do solo, contaminação da água e perda da diversidade biológica. Além disso, provocou o deslocamento de comunidades camponesas e indígenas, que perdem acesso aos recursos que antes utilizavam, e pelas condições precárias de trabalho nos grandes latifúndios, gerando uma reconcentração de terra e renda.

Aproximadamente 870 milhões de pessoas – 12,5% da população mundial – sofrem de desnutrição crônica, segundo o relatório da FAO, divulgado em outubro de 2012⁴. Dessas, 852 milhões estão nos países em desenvolvimento. Ao mesmo tempo, o preço dos alimentos passa por uma nova alta, fruto da especulação, trazendo

do a perspectiva de uma nova crise alimentar.

Para responder a esse modelo, a Via Campesina construiu o princípio da soberania alimentar. Este princípio é um dos pontos que aglutinam diversos movimentos sociais, porque inclui as dimensões da cultura, dos territórios, da natureza e da vida das comunidades, e o reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres como um dos pontos centrais em uma mudança estratégica. Passa pela soberania dos povos em decidir o que e como produzir, e como distribuir.

A soberania alimentar é uma forma de incorporar os conhecimentos tradicionais na produção e preparação dos alimentos e das plantas medicinais e as lutas de resistência das mulheres contra o agronegócio.

A defesa da soberania alimentar se expressa na luta das mulheres camponesas e teve destaque na última edição da Marcha das Margaridas, que reuniu cerca de 70 mil mulheres em Brasília. Entre as reivindicações vinculadas à esta questão, figuram o reconhecimento do direito à terra, com a escrituração conjunta de terrenos, documentação, programas de apoio às mulheres assentadas, políticas públicas de saúde e combate à violência contra as mulheres.



Mulheres contra a mercantilização dos nossos corpos, da vida e da natureza

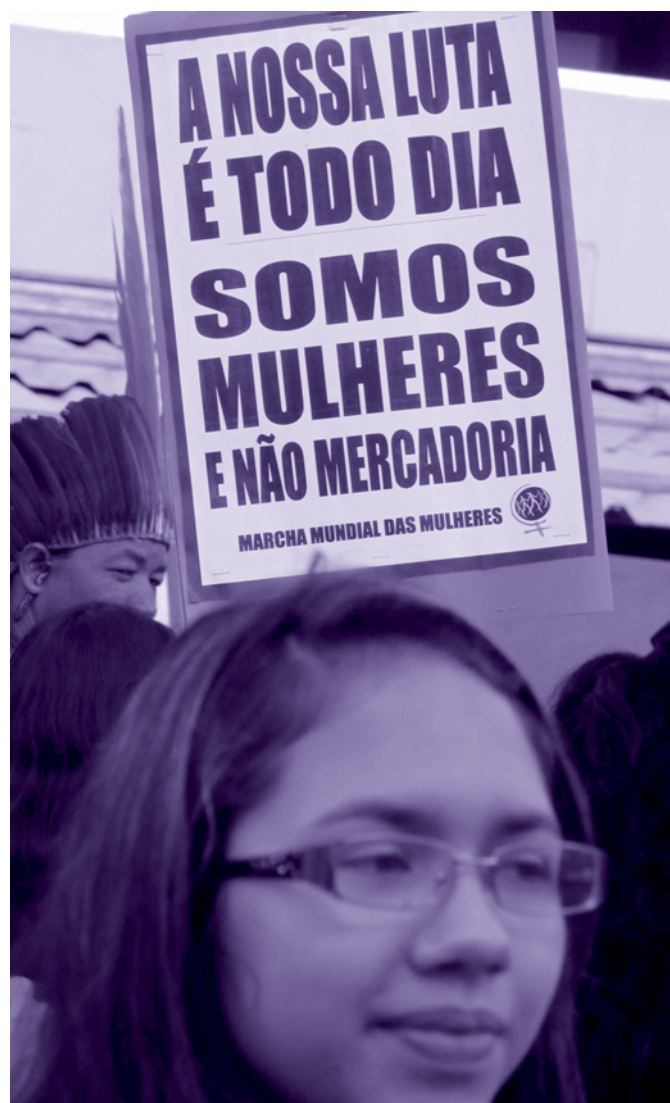
A programação da MMM na Cúpula dos Povos tinha, para além dos momentos de convergência, dois pontos centrais: a atividade autogestionada sobre agroecologia e a manifestação das mulheres no dia 18 de junho. A Marcha também participou das atividades Economia do cuidado: chave para a vida do planeta, organizada pela Rede Latinoamericana Mulheres Transformando a Economia (REMTE), entre outras, como do movimento sindical (CUT e CSA); e Frente aos instrumentos e falsas soluções do capitalismo verde: resistindo aos impactos territoriais e as estratégias institucionais de mercantilização da natureza, organizada pelo Grupo da Carta de Belém, da qual a MMM é signatária.

A atividade Feminismo, Agroecologia e Soberania Alimentar: construindo um novo paradigma de sustentabilidade da vida humana, juntamente com as mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia, da Contag, do MMTR-NE, da Via Campesina e da CAOI, da Rede Economia e Feminismo e do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

Na atividade, se debateu o conceito de economia verde discutido na conferência oficial da ONU e também casos concretos de luta das mulheres contra o avanço da mercantilização. Um deles é a resistência das mulheres indígenas do Equador diante da expansão de um modelo de agricultura baseado na monocultura, agrotóxicos e transgênicos, levando à perda de diversidade biológica e cultural. No Rio Grande do Norte, as mulheres também lutam para resistir ao modelo do agronegócio. Um projeto de irrigação pretende desalojar 150 famílias que vivem em assentamentos agroecológicos na Chapada do Apodi, beneficiando a fruticultura voltada à exportação.

A atividade autogestionada fortaleceu um processo que já existe de articulação entre essas organizações, e contribuiu para consolidar uma visão feminista comum que foi apresentada nas plenárias de convergência. A jornada de manifestações na Rio + 20 foi aberta pelas mulheres. A resistência das mulheres ao modelo da economia verde pôde ser vista na prática no dia 18 de junho.

Logo pela manhã, 2 mil mulheres da MMM e da Via Campesina saíram em marcha do alojamento, no Sambódromo, até o MAM, no Aterro do Flamengo. Combinando a batucada, as palavras de ordem anticapitalistas do feminismo popular e intervenções urbanas, esta marcha inaugurou a mensagem feminista na Cúpula dos Povos. A partir do MAM, 10 mil pessoas saíram em passeata até o Largo da Carioca, na manifestação conjunta das mulheres da Cúpula dos Povos, convocada pela Marcha Mundial das Mulheres, Via Campesina, CUT, Contag, AMB, entre outras organizações. O eixo da mobilização foi “Mulheres contra a mercantilização dos nossos corpos, da vida e da natureza”.



Banco Nacional de Exploração Sexual

Entre as bandeiras de luta visibilizadas nesta manifestação, estavam o enfrentamento à violência contra a mulher, pela legalização do aborto e pela autonomia econômica das mulheres. Durante a manifestação, um grupo de militantes da MMM realizou um ato em frente à sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no centro do Rio de Janeiro. Apelidado de Banco Nacional de Exploração Sexual, o BNDES foi denunciado por financiar um modelo de desenvolvimento que produz violência contra as mulheres a partir da naturalização e incentivo da prostituição nos territórios. Lá, um grupo de militantes da MMM expressou o seguinte posicionamento:

Companheiras, nós estamos aqui hoje, na primeira manifestação da cúpula dos povos, denunciando o modelo capitalista e patriarcal, que da mesma forma que avança a mercantilização sobre os nossos territórios, avança a mercantilização sobre os nossos corpos. As empresas privadas e os bancos

que as financiam como o BNDES, dominam os territórios, exploram a força de trabalho e produzem o aumento da prostituição. O nosso corpo é utilizado para amortecer o sistema. A exploração não para, as casas de prostituição aumentam e os dados das grandes obras no Brasil mostram que os empregos gerados são dos homens e a violência gerada é contra as mulheres. Nós da Marcha Mundial das Mulheres estamos em luta aqui para mudar o mundo e mudar a vida das mulheres. Isso a gente só consegue com autonomia econômica para as mulheres, com relações de liberdade, com a superação da divisão sexual do trabalho e com a superação do capitalismo. Nós aqui hoje estamos marcando a perspectiva feminista para a cúpula dos povos. A gente está mostrando aqui que uma das causas estruturais da crise é o patriarcado. Nós não aceitamos as falsas soluções para a natureza e nós não aceitamos as falsas soluções para o machismo. A prostituição não é liberdade. A prostituição é um instrumento do sistema capitalista e patriarcal. Enquanto a gente não acabar com esse modelo, não seremos livres. E é por isso que estamos em marcha até que todas sejamos livres!



O BNDES foi escolhido como expressão da crítica ao modelo de desenvolvimento e para denunciar o financiamento de uma economia que destrói a natureza ao implementar os mecanismos do capitalismo verde. No caso do BNDES, um banco público, a visão de desenvolvimento fica clara com o financiamento dado a empresas de indústrias altamente poluidoras, como as petrolíferas, de papel e celulose e do agronegócio. Em 2011, o banco financiou R\$ 5,2 bilhões para hidrelétricas em fase de implantação, como a de Belo Monte, no Pará, questionada pelo conjunto dos movimentos sociais e, em especial, pelos povos indígenas da região. Não à toa, o BNDES foi também o destino escolhido por indígenas que protestavam no mesmo dia contra projetos que levam morte aos povos indígenas, em vez de vida, pois implicam a perda dos territórios e da identidade indígena. O BNDES contava com um forte esquema de segurança. Os indígenas chegaram por cima, enquanto as mulheres passaram pelas grades da frente.

Outro motivo de protestos foi o Código Florestal, que havia sido aprovado pelo Congresso em abril. O texto foi duramente criticado por movimentos camponeses, indígenas e ambientalistas, por reduzir as áreas de proteção e anistiar os desmatadores. Por favorecer o agronegócio, a legislação foi chamada de “código ruralista”. Uma das estratégias dos latifundiários para tornar a lei mais favorável foi confundir grandes e pequenos produtores agrícolas. Após uma grande pressão dos movimentos sociais, a presidenta Dilma Rousseff vetou parcialmente o Código. Apesar de os vetos barrarem parte do avanço do agronegócio sobre a natureza, o novo Código Florestal ainda representa um retrocesso na legislação ambiental. Essas manifestações foram importantes para colocar em questão as disputas em torno do modelo de desenvolvimento brasileiro, além das questões internacionais visibilizadas no debate ambiental, onde há uma ênfase na responsabilização dos países desenvolvidos pela atual crise.



Mulheres resistem no Peru

Mulheres da MMM no norte do Peru começaram, no dia 1 de fevereiro de 2012, uma longa caminhada. Era a Marcha Nacional pela Água, organizada por diversas entidades e movimentos sociais, em defesa das lagoas e bacias, contra a atividade predatória das mineradoras. Os manifestantes passaram por diversas cidades, sendo recebidos pela população com aplausos e doações de mantimentos, até chegar a Lima, no dia 10 de fevereiro, onde se realizou um grande ato, com milhares de participantes.

O conflito ambiental na região norte do Peru, com as mineradoras de um lado, e as populações camponesas e indígenas de outro, vem de muitos anos. Em 1993, a chegada da mineradora Yanacocha, que lá escavou a segunda maior mina de ouro do mundo, foi logo seguida pelas denúncias de contaminação das fontes de água por metais pesados, causando a morte dos peixes e do gado. A nova frente da resistência dos povos ali é o projeto Conga, da Yanacocha – que tem como sócia majoritária a americana Newmont. Trata-se da abertura de uma mina de ouro e cobre a céu aberto de cerca de 30 hectares, com estimativa de produzir 18 mil quilos de ouro por ano. Para isso, o projeto inclui a remoção de quatro lagoas responsáveis pelo abastecimento de água da região.

As minas a céu aberto são devastadoras para a natureza. A busca por minérios, nesses casos, é feita com a escavação de grandes áreas, até que o terreno esteja exaurido. O material retirado para busca do ouro é levado para outras áreas, aumentando os prejuízos à natureza. A justificativa é o desenvolvimento e do crescimento econômico para o país. No departa-

mento de Cajamarca, onde ficaria a mina, metade do território já foi cedido a empresas de mineração. No entanto, 56% da população vive em situação de pobreza e a desnutrição infantil é de 40% - ambos os dados acima da média nacional. A mineração coloca em risco a subsistência da população, já que 80% vivem da agricultura e da pecuária.

A Federación Nacional de Mujeres Campesinas, Artesanas, Indígenas, Nativas y Asalariadas del Perú denuncia que a atividade de mineração na região de Cajamarca tem levado a maior exploração trabalhista, migração forçada e insegurança. Essas consequências são sentidas pelas mulheres também pelo aumento do tráfico de pessoas e prostituição, aumento da violência e problemas de saúde para a mulher e sua família.

Os estudos para a implementação da mina de Conga vêm desde o início dos anos 2000. Os conflitos se intensificaram a partir de 2010, quando o governo nacional do Peru aprovou relatórios de impacto ambiental. Em 2011, após seis dias de greve geral em Cajamarca, a Yanacocha acatou uma solicitação do governo de suspender as operações em Conga. Apesar de algumas vitórias parciais, que conseguiram interromper o projeto, as mulheres continuam na luta para que o projeto seja cancelado definitivamente.

A resistência às empresas mineradoras, que se prolifera na América Latina, é uma luta estratégica em defesa dos territórios, já que a mineração é uma atividade que, além de degradar a natureza e explorar o trabalho, demanda muita água e energia para sua realização.

Para o feminismo, o capitalismo não tem eco!

Desde o início deste processo, a MMM apostou na incorporação do feminismo como parte das análises e lutas gerais, e não como capítulo a parte. Assim, a presença da perspectiva feminista em todos os debates, especialmente nas Plenárias de Convergência, foi um avanço da Cúpula dos Povos. Foram cinco plenárias, realizadas nos dias 17 e 18 de junho, com o objetivo de debater entre os diversos movimentos e organizações questões centrais da luta por justiça ambiental e social, que seriam depois incorporados à declaração final da cúpula. Mas esse não era o objetivo principal: “Não há a pretensão de gestar documentos negociados: não somos a ONU. Queremos gerar acordos políticos entre nossos movimentos e mensagens comuns que nos mobilizem adiante”, diz o documento-guia sobre Plenárias de Convergência e Assembleia dos Povos.

Os temas debatidos foram: 1. Direitos, por justiça social e ambiental; 2. Defesa dos bens comuns contra a mercantilização; 3. Soberania Alimentar; 4. Energia e Indústrias Extrativas; e 5. Trabalho: Por uma Outra Economia e Novos Paradigmas de Sociedade. Dessas, a Marcha participou com prioridade das plenárias 1, 3 e 5.

A plenária sobre direitos colocou ênfase sobre os direitos coletivos e territoriais, direito à terra, direito à

cidade, direito à água, considerando os direitos étnicos e das mulheres. A compreensão dos direitos das mulheres, defendidas pelo feminismo na Cúpula dos Povos, passa pela garantia dos direitos trabalhistas das mulheres, com igualdade salarial, e o reconhecimento dos direitos das trabalhadoras domésticas; a legalização do aborto e a crítica à mercantilização do corpo das mulheres assim como da natureza; e políticas públicas que atuem contra a divisão sexual do trabalho, como auxílio à maternidade e creches.

Essa perspectiva marca a diferença do processo da Cúpula dos Povos e da Rio+20. O documento das Nações Unidas, por pressão do Vaticano e de países com forte tradição religiosa, substituiu o termo “direitos sexuais e reprodutivos” por “saúde reprodutiva”. A mudança foi considerada um retrocesso, já que retira direitos consagrados na Conferência de Pequim. De fato, ainda que o termo “direitos sexuais e reprodutivos” estivesse garantido, o documento oficial da Rio+20 teria um conteúdo menos politizado do que o defendido pelas mulheres na Cúpula dos Povos. A defesa centrou-se na liberdade das mulheres, compreendida como a autonomia sobre o corpo e a sexualidade, com a legalização do aborto, a livre expressão e vivência da sexualidade, uma vida sem violência e um forte questionamento a todas as formas de mercantilização do corpo das mulheres.



Denúncia das transnacionais

O tema da soberania alimentar foi debatido a partir da crítica ao modelo do agronegócio, baseado no latifúndio, monocultivo, mecanização e uso de agrotóxicos. Esse modelo privatiza territórios e material genético, sendo um dos principais responsáveis pela crise climática e com graves impactos sociais, como o aumento de doenças e o trabalho escravo. A soberania alimentar é a solução dos povos para a crise ambiental e também para a crise de alimentos, ao garantir aos povos acesso à terra, à água e às sementes, valorizando a produção das mulheres e os conhecimentos tradicionais.

A denúncia das grandes corporações que têm o controle da terra e impõem o modelo do agronegócio não ficou apenas no espaço da plenária de convergência. No dia 19 de junho, cerca de 3 mil pessoas saíram em protesto até Palácio Gustavo Capanema, no centro do Rio de Janeiro, contra empresas de alimentos como

Nestlé, Monsanto, Cargill, que cometem crimes ambientais e contra os trabalhadores e trabalhadoras. O posto de pior empresa ficou com a mineradora Vale.

Durante o protesto, em frente à sede da Vale no centro do Rio de Janeiro, foram exibidos trechos de documentário sobre as ações da empresa em Moçambique, onde a Vale desalojou 1365 famílias, que foram reassentadas em terras impróprias para a agricultura, com acesso dificultado à água potável, ao saneamento adequado e ao serviço de transporte. O produtor do documentário, o jornalista Jeremias Vunjanbe, da organização Justiça Ambiental, havia sido impedido de entrar no Brasil para a Rio+20 no dia 12 e só conseguiu apenas no dia 17 de junho. Nesta manifestação, a MMM denunciou, também, a Natura, por ser uma empresa que entrelaça profundamente a mercantilização das mulheres e a da natureza (veja mais na página 29)



A maquiagem verde da Natura

A “maquiagem verde” usada por muitas empresas para se vender como amigas do meio ambiente, enquanto exploram a natureza e o trabalho dos povos, ganha uma conotação especial quando se trata da Natura. A empresa brasileira é uma das maiores no ramo de cosméticos, com faturamento de R\$ 5,6 bilhões em 2011 e operações na Argentina, Chile, Peru, México e Colômbia.

A Natura firmou uma das “parceria ouro” – ou seja, um contrato de patrocínio – com a ONU para a Rio+20. No site oficial do evento, a empresa expressa sua hipocrisia ao dizer que “Junto à nossa rede de mais de 1,4 milhão de consultoras e consultores, iremos estimular a reflexão sobre os desafios discutidos na Rio+20 e como cada um de nós, de forma interdependente, pode ajudar a construir um mundo melhor”. Porém, em todas as etapas de sua cadeia produtiva, a Natura é denunciada pela exploração da natureza e das mulheres. Essa linha vai da apropriação da relação das mulheres com a biodiversidade, com a privatização do conhecimento tradicional, até a venda de produtos que mantêm as mulheres presas num padrão de beleza, como maquiagens e cremes antirrugos – passando pela precarização do trabalho das vendedoras.

Em uma das pontas, está a matéria-prima utilizada pela empresa. Em 2005, vieram a público denúncias de vendedoras de ervas do mercado Ver-o-peso, em Belém do Pará. Elas afirmaram terem sido entrevistadas pela Natura – que usou as imagens em vídeos promocionais – sobre o processamento

e os usos da priprioca, uma erva aromática. As vendedoras disseram receberam pelo uso da imagem, mas não pela cessão dos conhecimentos sobre a erva. A empresa afirmou que sua linha de produtos à base de priprioca é anterior aos vídeos, mas também divulgou ter conhecido a erva no mercado Ver-o-peso.

A legislação ambiental não regula o uso do conhecimento difuso, que, portanto, pode ser utilizado livremente. A própria Natura admitiu, em comunicado de 2006, que a remuneração pelo uso desse conhecimento poderia inviabilizar os negócios. A compra de ervas aromáticas também pressiona o preço do produto para as vendedoras tradicionais do mercado. O custo da priprioca – usada para banhos de cheiro de boa sorte na época do São João – aumentou sete vezes após a criação da linha da Natura.

Em 2010, a Natura foi multada pelo IBAMA em R\$ 21 milhões por ter acessado recursos da biodiversidade supostamente de forma irregular⁵. A multa se refere a vários processos. Um deles foi relacionado ao uso do murmuru. Os indígenas ashaninka no Acre usam a palmeira do murmuru para diversas finalidades: como alimento, pintura corporal e material para artesanato. De seu fruto, se extrai um óleo que serve como medicamento e que passou a ser ingrediente de sabonetes e xampus. Segundo a denúncia do Ministério Público Federal, a Natura utilizou conhecimentos tradicionais para elaborar seus produtos, sem a repartição dos benefícios com a comunidade⁶.

Convergências para ampliar a noção de trabalho e propor novos paradigmas para a economia

A Marcha Mundial das Mulheres apresentou, na plenária sobre Trabalho e outros paradigmas a visão da economia feminista sobre a necessidade de repensar o modelo de (re)produção, e consumo. Isso implica uma ampliação na noção de trabalho, para além do trabalho assalariado e da redução do trabalho ao emprego, incluindo o reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidados como fundamental para a sustentabilidade da vida. Uma reorganização deste trabalho com o compartilhamento entre homens, mulheres e Estado, é fundamental para a construção de igualdade. O movimento sindi-

cal trouxe a discussão sobre trabalho decente e a luta pela efetivação das convenções internacionais sobre trabalho, garantindo o direito de trabalhadores e trabalhadoras à saúde e à proteção social. Já os povos indígenas contribuíram com a proposta do Bem Viver como um novo paradigma capaz de alterar a lógica do mercado que organiza o atual sistema. A plenária reforçou a necessidade de fortalecimento das alternativas que já existem e são colocadas em prática pelos povos, como a economia solidária, com investimento e políticas públicas.

Discurso verde a serviço da especulação imobiliária

O discurso verde do capitalismo mal dá conta de disfarçar suas contradições. Enquanto as corporações que agridem a natureza, como a Vale e a Natura, patrocinaram a Rio+20, as 500 famílias que moram na Vila Autódromo, em Jacarepaguá, zona oeste do Rio de Janeiro, sofrem com as ameaças de remoção, sob o argumento de estarem em uma área de preservação ambiental.

A comunidade da Vila Autódromo se formou há cerca de 40 anos e parte dos moradores obteve, em 1998, documento de concessão real de uso pelo poder público. O interesse do mercado imobiliário pela área também tem história. Localizada perto da Lagoa de Jacarepaguá e da praia do Recreio, a comunidade vem resistindo a projetos de retirada dos moradores desde a década de 1990. Atualmente, a ameaça vem das obras de instalações esportivas para os Jogos Olímpicos de 2016. A Prefeitura pretende fazer parcerias público-privadas, que teriam como contrapartida o uso da terra para empreendimentos imobiliários. Como a associação de moradores conseguiu uma liminar suspendendo a remoção, a prefeitura mudou o discurso e alterou a rota do corredor de transporte público

Transcarioca, para passar pela comunidade. Segundo o Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, “As informações contraditórias cada vez mais confirmam a hipótese de que a principal motivação para a remoção é o interesse imobiliário”⁷.

Em solidariedade aos moradores da Vila Autódromo, e também para dar visibilidade a outras comunidades ameaçadas de remoção devido a grandes obras e à especulação imobiliária em todo o Brasil, as mulheres foram parte das cerca de 2 mil pessoas que se manifestaram na comunidade, no dia 20 de junho. Indígenas que enfrentam também a ameaça de perderem suas terras devido à instalação de usinas hidrelétricas na Amazônia estiveram em peso na manifestação.

A comunidade fica a 500 metros do centro de convenções Riocentro, onde foi realizada a conferência oficial da ONU. Dessa forma, os manifestantes viram de perto o forte esquema de segurança montado pela Rio+20 para evitar que a população interferisse. Os bloqueios nas vias públicas e o entorno da manifestação, altamente militarizado, impediram que o ato fosse além da avenida Salvador Allende.

Manifestação histórica – 80 mil pessoas na Marcha dos Povos

Na tarde do mesmo dia, aconteceu a Marcha dos Povos, que levou mais de 80 mil homens e mulheres à avenida Rio Branco, no centro do Rio de Janeiro. Esta manifestação histórica questionou, com a força dos povos organizados nas ruas, a legitimidade da Rio+20 e denunciou as falsas soluções negociadas naquele espaço.

Após a realização das plenárias de convergência divididas por temas, os participantes voltaram a se reunir, nos dias 19, 21 e 22 de junho, em três Assembleias dos Povos, com o objetivo de sistematizar as discussões anteriores a partir dos três eixos da Cúpula: a denúncia das causas estruturais e das falsas soluções, as verdadeiras soluções dos povos e a agenda comum de lutas. A partir das assembleias, foi elaborado o documento final da Cúpula dos Povos. O texto traz a crítica contundente à economia verde e a defesa intransigente dos bens comuns.

As posições do documento foram expressadas ao secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, na Rio+20, no dia 22 de junho. No mesmo dia, os Estados-membros presentes na conferência aprovaram seu documento final, batizado “O Futuro que Queremos”. O texto, como esperado, repete a linha de documentos anteriores: apresenta a economia verde e a participação do setor privado como solução para os problemas que eles mesmo criaram e criam; reafirma a Rodada de Doha da OMC, a declaração de Paris sobre cooperação internacional e a COP-17, todos acordos que reforçam o interesse das corporações. Também fala em erradicação da pobreza, com o velho discurso dos organismos multilaterais que não propõem combater as desigualdades sociais. De modo geral, o documento da ONU reafirma as falsas soluções, sem apresentar medidas capazes de superar a atual crise ambiental.

Desafios: por um novo modelo de (re)produção e consumo

A Cúpula dos Povos trouxe um novo fôlego para os processos de articulação dos movimentos sociais, tanto em nível nacional como internacional. Foram construídos consensos na avaliação dos problemas e das causas estruturais da crise, no horizonte que buscamos alcançar e na nossa mobilização, a partir de formas de luta que compartilhamos.

Um desafio para o próximo período é aprofundar o debate para as alternativas em um cenário de transição rumo a esse horizonte almejado. Isso depende de um intenso processo de acordos e sínteses. Esse debate ainda tem muito o que trilhar e o feminismo tem muito o que aportar, a partir das elaborações da economia feminista que propõe um novo paradigma de sustentabilidade da vida, com um equilíbrio entre a produção e a reprodução. Houve um sentimento geral entre os e as participantes que outros momentos de convergência são necessários – não apenas em

grandes eventos, como a Cúpula dos Povos – para seguir este processo.

Na luta contra o agronegócio e na defesa da agroecologia há bastante acúmulo, a partir de experiências concretas e de estudos. É preciso articular este acúmulo com a discussão sobre uma forma diferente de viver na cidade. Pensar em como reorganizar o espaço urbano, encontrando soluções que reduzam o circuito de produção e consumo, melhorem o transporte público, tenham maior eficiência energética. Isso vai desde a construção de casas que recebam iluminação e ventilação naturais, dispensando ou diminuindo a necessidade de insumos externos, que são uma forma de capitalismo manter uma demanda permanente por mercadorias.

Outro modelo de desenvolvimento precisa incorporar a construção da igualdade entre homens e mulheres

como objetivo. A reorganização do trabalho doméstico é central nesse desafio. O processo de transição não pode significar o aumento do tempo de trabalho das mulheres. Ou seja, temos de sair da lógica de pensar a natureza como recurso inesgotável, mas sem pensar que o trabalho das mulheres é uma variável de ajuste ao mudar a relação com a natureza. Muitas das propostas de substituição de produtos e práticas com o objetivo de gerar menos impactos ao ambiente não consideram isso. Sabemos, por exemplo, que a máquina de lavar roupas é a variável que mais contribui para elevar a renda das mulheres pobres ocupadas, pois libera tempo para outras atividades⁹. O caminho, nesse caso, não é negar a tecnificação, sobrecarregando novamente as mulheres, mas aumentar a eficiência no uso de energia e água dos equipamentos, além de avançar no compartilhamento dessas tarefas entre homens e mulheres.

Outro ponto em que o diálogo entre diversos setores pode trazer proveitos – e a Cúpula dos Povos foi uma demonstração disso – é em relação como lidar com a atual organização do trabalho assalariado urbano. Quando há alguma ameaça ao nível de emprego, a resposta do governo vem sendo o incentivo a setores da economia, como a indústria automobilística, que é considerada dinâmica e capaz de gerar efeito em outras áreas. Porém, toda a cadeia do automóvel, da siderurgia, produção de combustíveis e uso do transporte individual, reforça e alimenta o atual modelo.

Esse é um tema que costuma gerar tensão entre trabalhadores e sindicatos de um lado e movimentos ambientalistas e indígenas de outro. Ainda assim, os movimentos conseguiram encontrar pontos de contato para dar sequência ao debate.

Não existem soluções prontas para isso, mas a reorganização dos recursos públicos e da economia para um modelo que não seja organizado pelo mercado tem de ser fruto de um grande debate político com participação popular.

Essa descentralização é um dos caminhos em que acreditamos. A natureza consegue encontrar equilíbrios pela diversidade. É preciso diminuir os circuitos, a partir de processos menores e mais localizados. Isso tem impacto na demanda de transporte e de energia e já é colocado em prática em empreendimentos da economia solidária.

A Cúpula dos Povos teve sucesso em comprovar que a ideia da economia verde, de que ao dar um preço as pessoas vão valorizar e economizar os recursos naturais, é falsa, ocorre o contrário. A forma de mudar isso é criando um debate permanente na sociedade com capacidade de influenciar na legislação, nas políticas públicas e na sociedade. A ação coletiva vai desfazendo o que são as imposições de consumo e as necessidades das pessoas, que são definidas historicamente.



Bens comuns

Bens comuns são aqueles que uma comunidade ou uma população compartilham e a que têm acesso e que não são propriedade privada de alguns. A natureza, como o ar e água; a cultura, como a linguagem, os conhecimentos tradicionais e o patrimônio histórico; e a própria comunidade em que nos inserimos, seja o espaço local seja a internet, são bens comuns e, em conjunto, sustentam a vida humana.

Ao contrário do que é afirmado pelo ideário capitalista, os bens comuns têm tanto mais valor quanto mais abundantes forem. Ao contrário da visão do valor gerado pela escassez; não são exclusivos, ou seja, o benefício que traz a uma pessoa não impede o benefício de outra pessoa. Seu valor não é medido de forma financeira, mas pelos benefícios que traz; e sua preservação não depende do retorno financeiro, mas do compromisso comum a longo prazo. O mercado vem avançando cada vez mais sobre os bens comuns, através do cercamento de terras e fontes de água pela propriedade privada, do patenteamento de códigos genéticos, da privatização de serviços públicos. Com a economia verde, isso se intensifica: os mecanismos de mercado passam pela comoditização da qualidade do ar e o cercamento do território se dá também pela criação de reservas naturais, que geram créditos a serem negociados no mercado financeiro e impedem o acesso das populações.

Outra frente de privatização dos bens comuns se dá no âmbito dos bens imateriais. Dentro da proposta de economia verde, a ONU vem pressionando pela implementação de políticas de proteção à propriedade intelectual, ou seja, patentes, direitos autorais e direitos de marcas. O discurso do capital é que isso seria importante para fomentar a inovação rumo a tecnologias que causem menos impactos ao ambiente. Na prática, o acesso compartilhado à cultura e às informações tem se mostrado mais eficiente para criar um ambiente de inovação. A cultura digital, que se baseia na decupagem, reconstrução e colagem de referências diversas, muda o entendimento de quem é o “dono” de alguma obra. Isso deu um novo impulso à defesa dos bens comuns.

As mulheres dependem do acesso aos bens comuns. O uso da terra para o plantio de subsistência, o conhecimento de plantas medicinais e acesso a fontes de água para abastecimento de suas casas estão na base do trabalho das mulheres. Muitas práticas tradicionais se baseiam no compartilhamento entre as mulheres das tarefas da reprodução, como experiências coletivas de preparo de alimentos. A privatização dos bens comuns e o desmonte dos serviços públicos reforçam a opressão das mulheres no atual sistema⁸.

Notas

¹ PricewaterhouseCoopers/Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *Projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo no Brasil: Um Levantamento de Perspectivas com o Setor Produtivo*. Brasília, 2006. Em http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1204751476.pdf

² Vera Junior, Antonio Alonso. “Em plantação de eucaliptos, adolescentes são libertados”. *Repórter Brasil*, 30/11/2011. Em <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1958>

³ Advocacia-Geral da União. “AGU pede anulação de contrato firmado ilegalmente entre índios de Rondônia e empresa irlandesa para venda de créditos de carbono”. 13/12/2012. Em http://www.agu.gov.br/sistemas/site/TemplateTexto.aspx?idConteudo=222301&id_site=828

⁴ Food and Agriculture Organization of the United Nations. “The State of Food Insecurity in the World 2012”. Em <http://www.fao.org/publications/sofi/en/>

⁵ “Órgão ambiental multa Natura em R\$ 21 milhões”. *O Estado de S.Paulo*, 13/11/2010. Em <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,orgao-ambiental-multa-natura-em-r-21-milhoes,639296,0.htm>

⁶ Machado, Altino. “Acusada de biopirataria pelo MPF, Natura enfrenta índios na Justiça Federal”. *Blog da Amazônia*, 17/02/2009. Em <http://terramagazine.terra.com.br/blogdaamazonia/blog/2009/02/17/acusada-de-biopirataria-pelo-mpf-natura-enfrenta-indios-na-justica-federal/>

⁷ Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. *Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2012. Em <http://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/04/dossic3aa-megaeventos-e-violac3a7c3b5es-dos-direitos-humanos-no-rio-de-janeiro.pdf>

⁸ Federici, Silvia. “Feminism And the Politics of the Commons”. *Uses of a WorldWind, Movement, Movements, and Contemporary Radical Currents in the United States*, Team Colors Collective, Oakland: AK Press, 2010. Em http://andandand.org/pdf/federici_feminism_politics_commons.pdf

⁹ Lavinas, Lena. “Gasto social no Brasil: programas de transferência de renda versus investimento social”. São Paulo, 2007. Em <http://www.scielosp.org/pdf/csc/v12n6/v12n6a07.pdf>



